

Other versions/Otras versiones

English

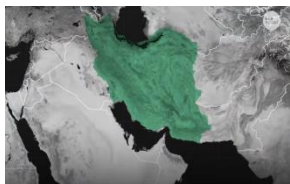


Español



O **OMNIDEF ANALYSIS** é uma publicação mensal composta de análises* acerca de temas constantes nas edições do mês anterior do **OMNIDEF** e considerados de maior relevância no contexto da Defesa Nacional.

Vídeos Relacionados



US, Iran tensions: How did we get here?

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)



Para driblar repressão, manifestantes diversificam formas de protesto em Hong Kong

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)



O Observatório da Segurança Pública do Rio divulgou um estudo sobre a violência

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)

*As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra (ESG), do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A ESG não é responsável pelos sites de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de links ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

Destaques do Mês

GEOPOLÍTICA E SETORES ESTRATÉGICOS

- **ESTADOS UNIDOS E IRÃ: IMPLICAÇÕES NA BALANÇA DE PODER CONTEMPORÂNEA**
- **TECNOLOGIA, INSURGÊNCIA E GUERRA DA INFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE HONG KONG**

SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA À SOMBRA DAS REFORMAS EM CURSO NO PAÍS

Corpo Editorial

Editor: Ricardo A. Fayal

Editor Auxiliar: Marcos do Vale Araujo

Conselho Editorial: Danilo Marcondes de Souza Neto;

Guilherme Lopes da Cunha;

Jacinto Maia Neto

Auxiliares de Pesquisa: Juliana de Souza Clos – Bacharelada em Relações Internacionais pela UFRJ

Luzia Maria Pereira Rocha – Bacharelada em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ

Marcos do Vale Araujo – Bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ

Auxiliares de Tradução: Gabriela Paulucci da Hora Viana

Juliana de Souza Clos

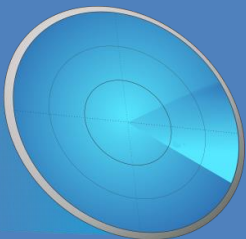
Pesquisadores da Edição

Antonio dos Santos – Mestre em Ciências Militares pela ECEME

Guilherme Lopes da Cunha – Doutorado em Economia Política Internacional pela UFRJ

Ricardo Rodrigues Freire – Doutorando em Ciência Política pelo IESP-UERJ





GEOPOLÍTICA E SETORES ESTRATÉGICOS

ANÁLISE 1

Estados Unidos e Irã: implicações na balança de poder contemporânea

Autor: Antonio dos Santos

Co-autor: Marcos do Vale Araujo

As tensões entre Estados Unidos e Irã são históricas e envolvem múltiplos interesses no jogo de poder do tabuleiro mundial. Quando aqui se trata sobre fatores históricos, se considera principalmente o desgaste das relações entre os dois atores desde a Revolução Islâmica de 1979, com o início de uma política externa autônoma e frequentemente considerada como revisionista aos fundamentos e normas da ordem liberal encabeçada pelos estadunidenses.

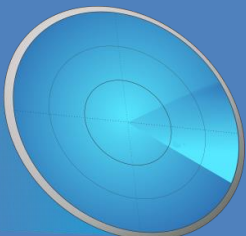
Seguindo essa lógica, cabe dizer que o fim da Guerra-Fria e o descongelamento da balança de poder no sistema internacional seriam determinantes para o início de novas tensões envolvendo os Estados Unidos e o Irã. Dado o foco direcionado a problemáticas antes não privilegiadas nas relações internacionais no século passado, tais como o terrorismo e o fundamentalismo religioso, é de se ressaltar os esforços empreendidos pelos americanos em criar uma estrutura de enfrentamento global a essas questões.

Dito isso, é válido apontar, considerando o contexto da “Guerra Global ao Terror”, a classificação do Irã como parte do “eixo do mal” pelo governo Bush, ou ainda, o longo histórico de sanções econômicas aplicadas ao Irã nas duas primeiras décadas do século, conforme disponibilizado pelo governo americano. Na mesma linha, quando antes foi dito sobre a multiplicidade de interesses e efeitos ocasionados pelo desgaste de relações entre EUA e Irã, isso inclui instabilidades tanto no cenário regional do Oriente Médio quanto no âmbito mundial.

Tal afirmativa é corroborada se levarmos em consideração alguns acontecimentos centrais. Em primeiro lugar, lista-se a saída dos americanos do acordo conjunto de controle nuclear nomeado Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) no ano passado, este considerado como uma das principais vitórias do governo Obama no que diz respeito à limitação do enriquecimento de urânio do programa nuclear iraniano. As consequências de tal medida refletem em incertezas quanto à sustentabilidade do pacto no longo prazo, se considerarmos o peso simbólico e material que os Estados Unidos possuíam no acordo. Por mais que tentativas de recuperar a integridade do acordo já tenham sido realizadas por alguns atores como a França, a persistência em retaliar os Estados Unidos foi e constantemente é uma realidade. Como prova disso, os inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) confirmaram no dia 1º de julho que o Irã havia violado o limite de 300 kg da quantidade de urânio enriquecido que é permitido armazenar, segundo a mídia internacional.

[Continua]





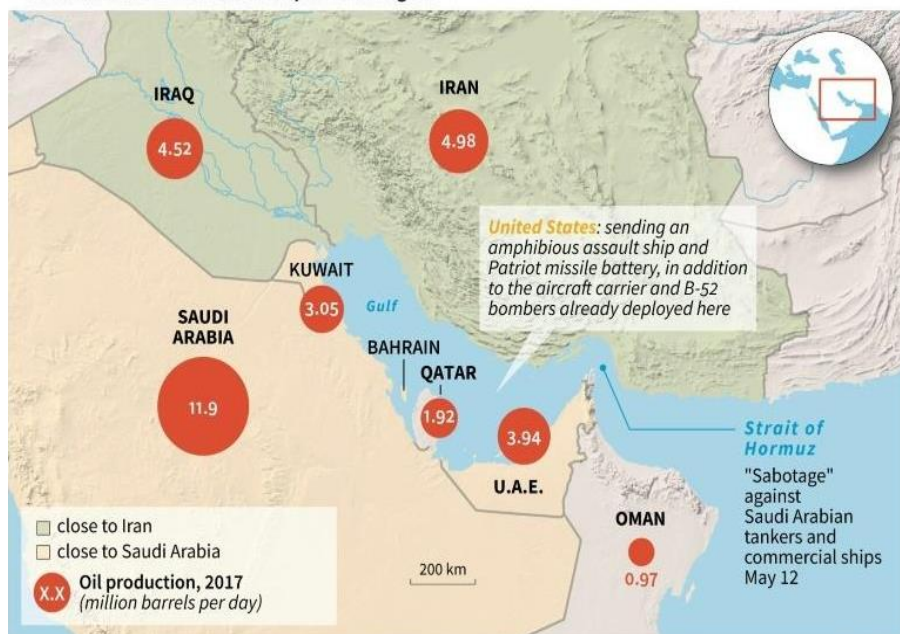
Por outro lado, é possível dizer que a postura estadunidense na política externa e na Defesa, principalmente durante o atual governo Trump, também contribuiu diretamente para a escalada de tensões. De acordo com o documento anual elaborado pelo Departamento de Estado americano intitulado Country Reports on Terrorism, “o patrocínio estatal do Irã ao terrorismo em todo o mundo permaneceu inalterado pela Força da Guarda Revolucionária Islâmica - Qods, seu Ministério da Inteligência e Segurança e pelo procurador de Teerã, o Hizballah, que permaneceu uma ameaça significativa à estabilidade do Líbano e de toda a região.”

O que podemos extrair disso é que, ao passo que uma postura hostil ao Irã é adotada, conseqüentemente há resultantes de impactos em outros atores de peso no cenário regional do Oriente Médio, como o Hezbollah anteriormente mencionado, apoiado pelo Irã, e Israel, aliado estratégico dos EUA. Com base nisso, mais do que analisar as tensões entre Estados Unidos e Irã como um fato isolado, torna-se importante observar o peso da estrutura internacional e seus constrangimentos no decorrer dos acontecimentos na região.

Como pôde-se observar ao longo do mês, em adição aos pontos anteriormente mencionados, por mais que tenha ocorrido a liberação do navio petrolífero inglês no Estreito de Ormuz, houve nesse tempo um desgaste significativo da relação do Irã não só com o Reino Unido, mas indiretamente com os Estados Unidos e com o Ocidente como um todo. Nesse caso, a magnitude do acontecimento está diretamente relacionada com a importância geoestratégica deste *choke-point*, principalmente por suas rotas marítimas de petróleo, como ilustrado pelo mapa mais adiante.

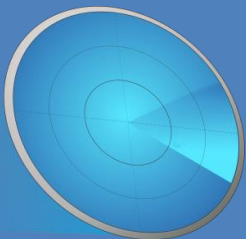
The Strait of Hormuz: a strategic passage

One third of the world's oil traffic passes through it



Fonte: Agence France-Presse





Por fim, na mesma linha, o recente ataque de drones a um complexo petrolífero da Arábia Saudita reivindicado pelo movimento iemenita Houthi, apoiado pelo Irã, e a informação de que os EUA irão deslocar tropas para Arábia Saudita, corroboram a evidente instabilidade da região, podendo assim se observar que a escalada da crise continua num crescente ameaçador. Por fins metodológicos, aqui nosso objetivo foi basicamente elencar de forma superficial os principais acontecimentos ligados com a crise. O consenso, ao se considerar todos esses fatores que envolvem o embate entre EUA e Irã, diretamente ou indiretamente, é que a compreensão de suas relações exige a elaboração de trabalhos e análises detalhadas que consigam captar de forma minuciosa cada aspecto gerador de tensões. ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

The Sun – 16/09/2019

Iran seizes UAE oil tanker in Strait of Hormuz and arrests crew hours after US accuses Tehran of oil plant attack

IRAN has reportedly seized a UAE oil tanker in the Strait of Hormuz hours after the US accused Tehran of a shocking oil plant attack in Saudi Arabia. The Islamic republic's hardline Revolutionary Guard is said to have detained the ship and its crew of 11 under the pretext of smuggling diesel. According to unconfirmed reports from the Fars news agency, the ship was carrying around 250,000 litres of fuel. If confirmed, the seizure would represent the latest move by Iran to hamper navigation in the waterway - one of the key routes for global energy supplies.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

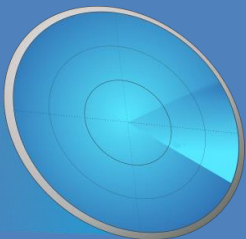
BBC News – 22/09/2019

Iran warns foreign forces to stay out of Gulf, amid new US deployment

Hassan Rouhani said foreign forces had always brought "pain and misery" and should not be used in an "arms race". The US is sending more troops to Saudi Arabia after an attack on Saudi oil facilities both nations blame on Iran. Mr Rouhani also said Iran would present a new Gulf peace initiative at the United Nations in the coming days. This year has seen continuing tension between the US and Iran, following President Donald Trump's abandonment of a deal aimed at limiting Iran's nuclear activities in return for the easing of sanctions.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





GEOPOLÍTICA E SETORES ESTRATÉGICOS

ANÁLISE 2

Tecnologia, insurgência e guerra da informação: reflexões sobre Hong Kong

Autor: *Guilherme Lopes da Cunha*

Co-autor: *Juliana de Souza Clos*

A fluidez da informação é um dos traços mais marcantes da sociedade contemporânea. Se, por um lado, a comunicação tem, em seus primórdios, os recursos utilizados pelos Sumérios, que se valeram de moldes de argila para a reprodução iconográfica, por outro lado, no século XV, as inovações de Gutemberg lançaram as sementes da imprensa moderna e contribuíram para que a difusão das ideias passasse a ter nova expressão. Desencadearam-se, assim, fenômenos de impactos incomensuráveis: entre outras consequências, o pensamento tornou-se, simultaneamente, tanto uma fonte de reflexão coletiva quanto uma ferramenta de desestabilização.

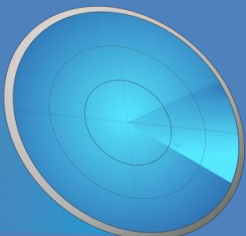
O decurso dos séculos tem comprovado a dimensão dessa abordagem. A evolução dos canais de comunicação impulsionou a propagação do saber, proporcionou melhorias na gestão dos territórios e contribuiu para aproximar governantes e administrados; contudo, também serviu de combustível para insurgência, rebeldia e desinformação. O aperfeiçoamento dessa dinâmica ultrapassou os limites do imaginável em termos de estilo de vida, de (re)construção identitária e cultural e de veículos de contestação. Nas célebres análises de Milton Santos, sobretudo em *Por uma outra globalização*, a compressão do espaço e do tempo encontraria o seu ápice em uma Terceira Revolução Industrial, fundamentada no eixo Técnico - Científico - Informacional, ensejando uma globalização que ora se apresenta como elemento salvacionista, ora se manifesta como fábula, originando espaços de resistência.

A sociedade contemporânea, portanto, abriga em seu íntimo o componente informacional como um de seus pilares. Isso tem ocupado o esforço acadêmico de intelectuais em diferentes campos científicos. Entre outros autores, Manuel Castells, tanto na trilogia *Sociedade em rede* quanto em *O poder da comunicação*, dimensiona o nível de profundidade e o grau de importância da informação na sociedade. Em outra pauta, Alessandro Visacro, em *A Guerra na era da informação*, reflete aspectos da guerra informacional associados à atividade militar: a guerra do futuro traz em seu âmago o uso da informação como uma ferramenta basilar. A informação, por conseguinte, é uma das chaves para compreender a era atual.

Nesse cenário, a evolução acelerada das inovações tem gerado desafios na mensuração de impactos dessas tecnologias sobre o meio social. A dinâmica cíclica de criação e destruição do que se constitui como estado da arte implica em efeitos sobre a sociedade.

[Continua]





O campo da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) constitui um amplo laboratório, pois motiva incertezas e vulnerabilidades: a Internet das Coisas, a Quarta Revolução Industrial que está por vir, e a tecnologia 5G, que já constitui elemento crucial de uma competição entre as principais potências tecnológicas, demonstram a existência de lacunas na literatura científica dedicados a estudos sobre Defesa, Segurança e relações de poder.

Dessa maneira, essas novas tecnologias têm amplo potencial de aplicação em conflitos. De acordo com relatos de mídias nacionais e internacionais, manifestantes em Hong Kong têm usado aplicativos como Tinder, Uber e Pokémon Go para organizar protestos e fugir ao controle policial. Além disso, “Em metrô lotados, os manifestantes enviam anonimamente cartazes via conexões wi-fi e bluetooth entre celulares da Apple para compartilhar horários e locais dos protestos” (Época Negócios-Globo, em 15 de agosto de 2019). Assim, demonstra-se a possibilidade de organização de grupos e eventos de viés político em rede, com maior facilidade e velocidade, o que tem tornado possível organizar manifestações com rapidez e tamanho jamais pensados.

Opiniões sobre causas, consequências e potenciais resultados das manifestações em Hong Kong ocupam a atenção dos principais veículos de informação do mundo e de analistas políticos vinculados a instituições públicas e privados. A possibilidade de haver guerra informacional contra a China corrobora a preocupação com uma agenda de Segurança e Defesa sobre a TIC, lançando luz sobre novas modalidades de guerra informacional, cibernética e eletromagnética. Em tempos de argumentos, como os de uma cidadania exercida por meio da insurgência, conforme advoga James Holston, a investigação sobre a interface Homem-Máquina precisa receber renovada atenção e ser objeto de análises mais acuradas. ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

The Guardian – 01/09/2019

How far will China go to stamp out Hong Kong protests?

How far will China go to end Hong Kong’s unrest, now in its 13th week and still growing? Senior officials have spoken not only of “terrorist acts” but of “colour revolution characteristics”, making it clear that they have ruled out compromise. So far they have relied on the Hong Kong government to suppress the protests, but the banning of rallies, brutal police tactics, thug attacks, the arrests of high-profile activists and metro line closures have failed to dampen the unrest. On Sunday, thousands of activists descended on the airport.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

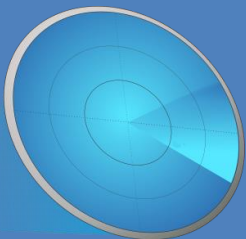
Folha de São Paulo – 11/09/2019

China cobra explicações da Alemanha após ministro receber ativista de Hong Kong

Bastou uma foto no Twitter para o governo da China pôr em xeque as relações bilaterais que mantém com a Alemanha. Nela, o ministro das Relações Exteriores alemão, Heiko Maas, posa ao lado do ativista Joshua Wong, um dos líderes do Movimento dos Guarda-Chuvas em Hong Kong. Wong chegou a Berlim na noite de segunda (9) e foi recebido pela autoridade alemã. Nesta quarta (11), o embaixador da Alemanha em Pequim foi convocado pelo Ministério das Relações Exteriores da China para dar explicações —um gesto de protesto dos chineses.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

O problema da Segurança Pública brasileira à sombra das reformas em curso no país

Autor: Ricardo Rodrigues Freire

Co-autor: Luzia Maria Pereira Rocha

O problema da Segurança Pública permanece latente no seio da sociedade brasileira, embora o turbilhão de discussões sobre as reformas da previdência e tributária possam ter reduzido a atenção da mídia sobre ele.

Mas, dada à relevância do tema, esta análise buscará focar três aspectos julgados relevantes e que envolvem a problemática da Segurança Pública: o amparo legal, as recentes iniciativas governamentais e as estatísticas correspondentes e, por último, a “Operação de Garantia da Lei e da Ordem Ambiental (GLO Ambiental)”.

Partindo para o primeiro aspecto, vê-se que o chamado “pacote anticrime” apresentado pelo Governo Federal ao Poder Legislativo parece estar esmaecido, dada à reduzida veiculação do tema na mídia, em comparação às outras citadas reformas. Porém, o pesquisador que centrar seu olhar no trâmite legislativo federal constatará que as proposições de alterações na lei com o fito de mitigar a criminalidade são constituídas por ideias de alterações em diplomas legais vigentes. Elas se fundamentam no aumento da eficácia no combate à criminalidade organizada e violenta, à corrupção, além da busca de redução dos “gargalos” do sistema de justiça criminal.

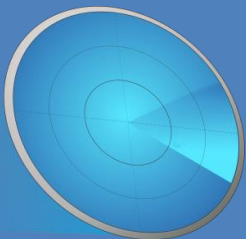
Na prática, tramitam hoje no Senado Federal e na Câmara dos Deputados os Projetos de Lei e de Lei Complementar nº 38/2019, 89/2019, 881/2019, 882/2019, 1865/2019, 1864/2019, cujos fulcros principais se concentram em alterar o Código Eleitoral (criminalizando o uso de “caixa dois”), o Código do Processo Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei de Crimes Hediondos (para estabelecer regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral, bem como medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa).

Constata-se, também, que todos esses projetos legislativos têm fluído com relativa brevidade nas diferentes comissões do parlamento brasileiro, foram ou vêm sendo submetidos a audiências públicas. Portanto, espera-se que as mudanças pleiteadas pelo Poder Executivo sejam buriladas pelo Legislativo e que o resultado desse processo seja compatível com as necessidades dos operadores do Direito, da Segurança Pública e, principalmente, os anseios da sociedade.

Como essas mudanças pleiteadas conformam uma gama de interesses diversos, o que insere o debate numa complexa negociação política, na qual a melhor solução se encontrará diante da “arte do possível”, com vistas a alcançar o bem maior.

[Continua]





Claro está que, sem normas rígidas para coibir a criminalidade, ela só tende a ganhar volume, posto que os dividendos econômicos derivados da corrupção, do tráfico e de outras ilicitudes são elevadíssimos. É necessário que sejam criados mecanismos coercitivos que inviabilizem a consecução dos crimes dessa natureza e respaldem o poder de repressão estatal.

Portanto, vê-se como imperativo que os atores políticos nacionais tenham uma visão holística dos problemas que assolam o País e não se limitem a resolver uma celeuma por vez. Ao passo que as reformas da previdência e tributária caminham, simultaneamente devem seguir as demais, aí incluso o “pacote anticrime”, posto que a crise da Segurança Pública requer mudanças estruturais, dentre elas no seu arcabouço jurídico. Avalia-se que a insistência na solução simplista, imediata e com foco único nas ações policiais não solucionará a crise vigente.

Passando ao segundo aspecto, salta aos olhos a vertiginosa queda dos índices de criminalidade. É fato que um ponto positivo da atual gestão é a compilação das estatísticas no [Banco de Dados e Informações Nacionais de Segurança Pública](#). Contudo, o mérito do atual Ministério da Justiça e Segurança Pública foi dar continuidade às ações adotadas pelo governo anterior, em especial a execução das medidas preconizadas na [Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018](#), que institui o Sistema Único de Segurança Pública e o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas. Fruto dessa norma legal, foi possível padronizar uma série de procedimentos que emprestam metodologia e credibilidade às estatísticas.

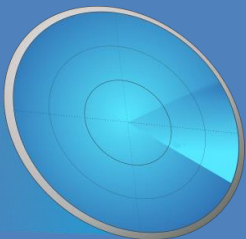
Por outro lado, ainda, há muito que se aperfeiçoar. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por exemplo, organismo que desde longa data se debruça sobre o problema e labuta com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na elaboração do [Atlas da Violência](#), vem tecendo comentários sobre as atividades em curso, os quais serão relatados a seguir e merecem acurada atenção.

As medidas recentemente adotadas no sistema penitenciário – remoção de lideranças criminosas para presídios federais – e a implantação de projeto-piloto de repressão à violência urbana – iniciada nas cidades de Ananindeua (PA), Paulista (PE), Cariacica (ES), São José dos Pinhais (PR) e Goiânia (GO), uma em cada região do país parecem ser auspiciosas.

Todavia, tais posturas contrariam sobremaneira os interesses econômicos das organizações criminosas. Com isso, desencadeiam reações violentas por parte da criminalidade. Exemplo disso está no recrudescimento dos atos hostis que assolaram o estado do Ceará, no mês de setembro, em resposta às medidas adotadas para desarticular as quadrilhas no interior do sistema penitenciário estadual.

[Continua]





Quanto ao Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta “Em Frente, Brasil”, este foi alvo de elogios, pelo fato de empregar cidades de médio porte como “balão de ensaio” para experimentação de política pública sensível. Porém, existem críticas a considerar, como por exemplo: (i) o fator “continuidade”, mesmo que haja flutuações no ambiente político; (ii) o cuidado para que a União não ultrapasse os seus limites de competência e tome o lugar de estados e municípios no âmbito da Segurança Pública; e (iii) a imperiosa necessidade de que sejam desencadeadas ações integradas entre as diferentes áreas governamentais, de forma que se evite restringir o programa às ações policiais.

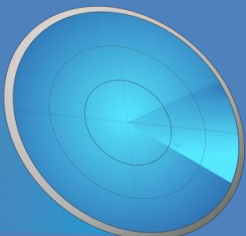
Julga-se, também, que especial consideração deva ser dispensada à unidade dos diferentes níveis do Pacto Federativo. Recentes declarações sobre a necessidade de recorrência a organismos internacionais para a solução dos problemas de segurança pública, por parte de ente estadual, não favorecem à prosperidade das medidas em curso – além de configurar a possibilidade de macular a soberania nacional. Entende-se que as barganhas políticas, que são parte do processo democrático, não devem extrapolar as atribuições de cada membro do Pacto. Não custa assinalar que a Carta Magna brasileira estabelece no primeiro inciso do [artigo 21](#) que compete à União, dentre muitas outras obrigações “manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais”.

Para finalizar, o último ponto proposto para ser analisado é a GLO Ambiental. As operações de garantia da lei e da ordem estão claramente previstas no [artigo 142 da Constituição Federal \(CF/88\)](#) e regulamentadas pelas [Leis Complementares nº 97/1999](#) (alterada pelas Leis Complementares nº 117/2004 e 136/2010). O ordenamento jurídico em escopo é explícito em limitar o emprego das Forças Armadas à “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Também, restringe ainda mais o uso do estamento militar da União ao reconhecimento formal do Chefe do Poder Executivo Federal e Estadual de os órgãos preconizados no [artigo 144 da CF/88](#) se encontram “indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional” (§ 2º e 3º do art. 15 da Lei Complementar nº 97/1999).

Também, quem recorre ao artigo 16 da legislação supracitada, percebe que as Forças Armadas possuem atribuição subsidiária geral de “cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil”. Além disso, “preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias”, atuar na “faixa de fronteira terrestre (150 km dos limites internacionais, segundo consta no § 2º do art. 20 da CF/88), no mar e nas águas interiores”, para combater “delitos transfronteiriços e ambientais”. Dessa maneira, há nessa ação governamental uma concorrência de distintos amparos legais, fato que enseja, como tudo no âmbito do Direito, questionamentos de toda ordem.

[Continua]





As queimadas na região amazônica transtornaram a ordem pública? Os meios municipais e estaduais foram “formalmente” reconhecidos como insuficientes para debelar os incêndios? Não poderia o emprego das Forças Armadas ocorrer sob a égide da atribuição subsidiária geral de “apoio aos órgãos de Defesa Civil”, sem que o poder de polícia lhes fosse atribuído?

A medida adotada acaba sendo alvo de críticas por parte daqueles que interpretam o uso político do estamento militar da União para solução de problemas passíveis de solução noutras esferas, sem imiscuir o braço armado da nação em temas domésticos.

Mas, com a devida vênia do leitor, é inegável que as ações criminosas desencadeadas por madeireiros, garimpeiros e grileiros põem em risco o patrimônio e a ordem pública faz algum tempo. Contudo, a decisão está calcada no poder discricionário do Chefe do Poder Executivo, Comandante Supremo das Forças Armadas, e pelo que se pode inferir, não avilta os diplomas legais vigentes. Contudo, sempre fica pendente a questão da banalização do emprego da *ultima ratio regis* em questões comezinhas. Parafraseando as palavras de um antigo integrante do Alto Comando do Exército, atual Secretário Nacional de Segurança Pública, recentemente veiculadas na mídia nacional sobre o emprego das Forças Armadas em GLO: "Não é função das Forças Armadas. A gente pode atuar na logística, transportar nos aviões, nos helicópteros, na inteligência e nas comunicações. Mas nunca efetivamente como polícia, porque não somos polícia." ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

El País – 27/09/2019

Ceará volta a viver onda de terror com ataques em 23 cidades

Oito meses se passaram desde a última onda de terror vivida pelos cearenses. E o pesadelo voltou. Criminosos espalham o pavor pelo Estado há uma semana em ataques que o Governo novamente classifica como represália às mais recentes medidas implementadas no sistema carcerário. Até o momento, 77 ações foram registradas em 23 municípios. A maioria das ocorrências concentra-se na capital, Fortaleza: 41.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

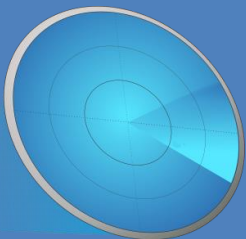
G1 – 29/09/2019

Witzel cita 'genocídio' no RJ e diz que vai à ONU pedir punições a Paraguai, Bolívia e Colômbia

O governador do RJ, Wilson Witzel, disse neste domingo (29) que vai recorrer à ONU para combater a violência no RJ, que chamou de "genocídio". Em fala a jornalistas durante o Rock in Rio, ele afirmou que vai pedir sanções aos países vizinhos que vendem armas ao Brasil, como Paraguai, Bolívia e Colômbia. "Todas essas ações. Trabalhando para tirar as armas...trabalhando agora junto às Nações Unidas...levar realmente a causa do genocídio do Rio de Janeiro, que não é o governador", disse Witzel.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





Escola Superior de Guerra (ESG)

Fortaleza de São João - Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22291-090

Tel.: (21) 3545 9889 / Fax (21) 3545 9971

cee@esg.br

As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra, do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A Escola Superior de Guerra não é responsável pelos sítios de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de *links* ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

O autor cede à Escola Superior de Guerra – ao Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos – os direitos de reprodução do material e quaisquer transcrições para o meio impresso e/ou digital a partir do material original, para edição, reprodução e publicação impressa e/ou em mídias digitais em língua portuguesa, ou em outros idiomas, por tempo indeterminado. Fica assegurado, portanto, o direito de dispor deste material para divulgá-lo em outros canais oficiais do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou do Instituto de Geopolítica e Estudos Estratégicos.

